

TRABALHO MIGRATÓRIO NA ÁFRICA AUSTRAL: UM APONTAMENTO CRÍTICO SOBRE A LITERATURA EXISTENTE

Colin Darch

A inexistência de uma análise bibliográfica em português sobre a questão do trabalho migratório para a África do Sul, justifica que apresentemos aqui mais um artigo sobre o assunto*.

Existem dois importantes argumentos justificativos para a nossa preocupação com este tópico. Em primeiro lugar, a migração para a África do Sul constituiu, durante perto de um século, a característica de vida dominante, ao Sul do Rio Save, para a maioria dos moçambicanos do sexo masculino. Em segundo lugar, existiu sempre, e ainda continua a existir, um grande empenho por parte dos que beneficiam deste sistema para «explicar» o seu funcionamento de uma forma que justifique, simultaneamente, o seu papel e a continuação da sua existência.

Nesta perspectiva é evidente que se utilizam, sistemática e deliberadamente, falsificações e simplificações no intuito de combater aqueles que tentam analisar a realidade da economia política da África Austral em termos de luta de classes, de unidade orgânica do capitalismo e «apartheid» na África do Sul e de uma prática política revolucionária. A luta que é levada a cabo ao nível da produção de conhecimentos não é uma luta simplesmente académica. É, essencialmente, uma luta pelo conhecimento científico.

A natureza ideológica de explicações como sejam a afirmação linear de que os Moçambicanos (e outros) procuram trabalho na África do Sul porque o salário e as condições são melhores que na sua terra, torna-se de imediato perceptível. As abordagens liberais que criticam o sistema, aceitando no entanto a sua falsa problemática, desempenham um papel muito mais ambíguo. A tese principal do CEA e de outros estudos é que 1) o sistema de trabalho migratório é um aspecto fundamental do capitalismo sul-africano e que só pode compreender um se o outro for compreendido; e, 2) a relação

* Este ensaio constitui uma versão amplamente revista de capítulo de autoria colectiva escrito para a edição inglesa do Relatório do CEA «The Mozambican Miner» (Hassocks, Inglaterra, Harvester Press, em elaboração). O ensaio original contou com a valiosa ajuda, crítica e conselhos de Ruth First, Rob Davies e David Hedges em Maputo e de Gavin Williams na Inglaterra.

entre a base camponesa e o sistema de trabalho migratório é mais complexa e contraditória do que os primeiros estudos sobre a questão foram capazes de mostrar (voltaremos a este ponto mais adiante).

É nosso objectivo neste ensaio mostrar que a maior parte do trabalho realizado sobre este assunto é insatisfatório devido às razões políticas básicas que apresentámos, assim como a outras mais convencionalmente académicas. Existe uma quantidade assustadora de material, a maior parte de origem recente, mas torna-se necessário salientar que a lista de referências que apresentamos inclui apenas uma selecção de livros e artigos que foram utilizados, numa ou noutra altura e com vários objectivos, pelos investigadores do CEA. Infelizmente para os leitores de língua portuguesa quase todo o material referenciado só existe em inglês, embora tenham sido feitas sínteses em português de alguns dos artigos mais importantes sobre a África do Sul. Estas traduções foram publicadas pelo CEA na sua série **Textos de Apoio** e pelo Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane no seu **Manual de História** para a 10.ª classe.

O CAPITALISMO SUL-AFRICANO

Até ao início da década '70 não foi, praticamente, produzido nenhum trabalho marxista com um verdadeiro poder analítico sobre, ou na, África do Sul. Apesar do fermento intelectual da época noutros locais do continente africano e do Terceiro Mundo, os estudos sul-africanos foram dominados pelo «liberalismo do Cabo» de académicos como Monica Wilson e Leonard Thompson. A questão do trabalho migratório nunca foi, efectivamente, colocada dentro do problema mais vasto que é o das formas de acumulação do capitalismo sul-africano. Uma das primeiras obras que tentou fornecer um quadro dentro do qual se poderia concretizar esse projecto, um livro com uma certa importância e influência no estudo da situação concreta na África do Sul, foi a dissertação de doutoramento de F. A. Johnstone em 1972, em Oxford, publicada na forma de livro apenas bastante mais tarde (Johnstone, 1976). O livro descreve, dentro de uma perspectiva marxista-estruturalista, o sistema de discriminação racial na indústria mineira do ouro, antes e depois da 1.ª Guerra Mundial. Johnstone faz uma análise de classe do sistema de dominação racial que, se bem que não esteja ligada especificamente com o trabalho migratório, mostra que o «apartheid» não é de modo nenhuma uma «disfunção» do capitalismo sul-africano, mas sim uma parte integrante deste. No mesmo ano (1972), **Harold Wolpe** publicou na revista **Economy and Society** o seu influente artigo sobre a importância da mão-de-obra barata para o capitalismo sul-africano. O argumento de Wolpe baseia-se na tese de que foram, de facto, os modos de produção pré-capitalistas que subsidiaram a acumulação de capital na África do Sul, uma tese que muitos académicos já não aceitam sem reservas, na forma bastante linear, talvez mesmo abertamente economicista, em que Wolpe inicialmente a apresentou. Contudo, estes estudos conjuntamente com o artigo de **Legassick** sobre a ligação íntima entre acumulação e opressão violenta na África do Sul (1974), marcaram um novo ponto de partida em relação aos estudos sul-africanos.

Com esse ponto de partida e perante os renovados ataques do governo sul-africano e dos intelectuais seus defensores, um grupo relativamente pequeno de estudiosos sul-africanos e outros tentaram elaborar, realmente pela primeira vez, uma economia política rigorosa, não apenas no que respeita à república do «apartheid», mas a todo o subcontinente da África Austral. Evidentemente, um tal projecto não pode centrar-se, nem se centra, exclusivamente a questão do trabalho migratório, mas esta questão só pode ser correctamente compreendida se a colocarmos firmemente dentro do contexto

de uma problemática histórica marxista. Pode-se fazer uma nova leitura e uma reavaliação dos estudos mais antigos sobre o assunto, dentro de tal quadro teórico. Para se compreender, por exemplo, a economia da indústria mineira do ouro na África do Sul é necessário possuir alguns conhecimentos sobre a estrutura dos custos e a sua relação com os tipos de mineração realizados. Nas minas mais antigas, chamadas de «aflorentamento», explorava-se o veio próximo da superfície e era suficiente um investimento de capital relativamente pequeno, para se obter o ouro. As minas «profundas», que surgiram em meados dos anos 1890, eram mais arriscadas, requeriam uma enorme capitalização e um alto nível de produção para que fossem rentáveis. O livro de **Truscott**, escrito logo após a crise financeira das minas, nos finais de 1895, apresenta detalhadamente as razões técnicas e económicas desta situação (1898). **Johnstone** (1976) e **Wilson** (1972) dedicam, igualmente, algum espaço a explicações de importantes detalhes técnicos sobre a indústria mineira, no caso de Wilson ilustrados com valiosos gráficos e diagramas. O livro de Wilson tenta analisar os dados primários existentes sobre os padrões de fornecimento e utilização da força de trabalho na indústria mineira do ouro, apresentando trinta apêndices, a maior parte estatísticos e uma valiosa bibliografia. Contudo, a sua problemática, que se insere dentro do ponto de vista liberal, leva-o a formular a questão se os salários dos trabalhadores não qualificados das minas poderiam ter sido significativamente mais altos sem se reduzir excessivamente a rentabilidade das chamadas minas marginais. Fazer uma tal análise é limitar uma das questões centrais da economia política da África Austral aos termos de um problema de oferta e procura da micro-economia burguesa.

Alguns artigos produzidos nos últimos anos da década '70 conseguiram realizar uma combinação da riqueza empírica da abordagem de Wilson com uma insistência teórica na observação das tendências estruturais da indústria mineira em geral (e da do ouro em particular), assim como no movimento da economia da África Austral como um todo. Existem dois artigos recentes, ainda não publicados, que continuaram este tipo de análise dentro de uma estrutura de trabalho científica de muito mais fácil compreensão (**Legassick e Innes**, 1977: *African National Congress*, 1978). A produção de **Duncan G. Clarke** também é caracterizada por se basear firmemente em dados rigorosos assim como pela sua quantidade impressionante; os artigos que a seguir mencionamos analisam vários aspectos da questão do fornecimento de força de trabalho sob diversos ângulos: em que medida afectou a Rodésia (actualmente Zimbábue) (1976; 1978), do ponto de vista da Câmara das Minas (1977c) e numa perspectiva geral a longo prazo (1977b). Um quinto artigo trata do chamado «desemprego» na África Austral na sua globalidade, mostrando como funciona realmente a sua relação com o sistema de trabalho migratório (1977a).

A BASE CAMPONESA

Existe um considerável conjunto de trabalhos que abordam a questão do trabalho migratório partindo, essencialmente, dos motivos que levam os camponeses moçambicanos a deixarem a sua terra e a irem para a África do Sul, examinando os efeitos que a sua ausência provoca na vida e produção rurais. Até há bastante pouco tempo, o fluxo de trabalho em direcção ao Sul não era explicado em termos de um subsistema da África Austral dominado pelo capital sul-africano. Em vez disso as pessoas que escreviam sobre o assunto assentavam as suas teses nos factores ecológicos e sociais dentro de Moçambique, argumentando que, por exemplo, em Inhambane, o solo

pobre não podia suportar uma agricultura autónoma ou que a «dinâmica interna» das sociedades Chope ou Tonga servia de impulso para a migração.

É a partir do debate entre **Marvin Harris** e **António Rita Ferreira** nas páginas da *Africa*, revista do International African Institute, nos começos da década '60 (**Harris**, 1959; **Rita Ferreira**, 1960; **Harris**, 1960; **Rita Ferreira**, 1961) que datam as tentativas sérias para teorizar o papel da migração na economia moçambicana. **Harris** argumentou no seu primeiro artigo que a estrutura social tradicional Tonga predisponha os homens a «agarrarem» a oportunidade de migrarem numa tentativa para melhorarem a sua posição na escala hierárquica social. Os domicílios rurais tradicionais Tonga, escreveu **Harris**, continham em si mesmos tensões que tinham a sua origem no sistema da existência de casas separadas para cada uma das mulheres; por morte do pai os filhos recebiam, aquando da partilha, porções de gado desiguais o que criou uma classe de expropriados. Num artigo bastante posterior, **D. J. Webster**, da Universidade de Witwatersrand, argumentou de um modo semelhante que o sistema de sucessão adélfica deixa os filhos e irmãos mais jovens numa situação de expropriação. Segundo **Webster**, o sistema presente é resultado da complexa interacção da política colonial portuguesa, das necessidades internas do capitalismo sul-africano e desta estrutura social local existente previamente (**Webster**, 1977). **Rita Ferreira** apresentou mais tarde (1963) uma demorada explanação da sua posição e do seu desacordo com **Harris**, baseado essencialmente numa rejeição da ideia de que os Tonga constituíam um caso especial e afirmando que não existia nenhuma ligação entre a migração e o xibalo. Não obstante, continuou dentro da mesma problemática funcionalista, argumentando, depois de examinar detalhadamente as leis sobre o trabalho e as formas de recrutamento administrativo, que os Portugueses não encorajaram mas apenas regularam uma situação já existente.

A investigação recente começou a interessar-se novamente pela questão da desagregação das sociedades pré-coloniais no Sul de Moçambique e em outras áreas, provocada pelo sistema de trabalho migratório. Em Moçambique, até à Independência em 1975, a situação é, realmente, mais complicada, se tomarmos em conta a subtileza com que os camponeses fugiam do xibalo. Todavia, a «desagregação» é simplesmente um termo descritivo, um sintoma e não pode ser utilizada como causa explicativa única para a evolução da área ao Sul do Save no sentido de uma reserva de trabalho para a indústria mineira. Isto torna-se particularmente claro quando as sociedades camponesas moçambicanas são comparadas com as de outros estados fornecedores. Na Suazilândia, por exemplo, as taxas de migração não parecem afectar directamente a produção agrícola, porque a maior parte dos trabalhadores migrantes regressam na estação da colheita e apenas uma minoria de agregados familiares se dedica a culturas que exigem trabalho intensivo, como sejam o algodão ou o tabaco. Os trabalhos realizados sobre o Sul de Moçambique por **Sherilynn J. Young** (1977,1979), da Universidade da Califórnia, e por **Patrick Harries** (1976), da Universidade do Cabo, começaram a mostrar a complexidade da relação entre a perda de autonomia das sociedades africanas, por um lado, e a necessidade que o capital mineiro tem de mão-de-obra barata, por outro. Um estudo semelhante sobre a formação e destruição do campesinato sul-africano, realizado por **Bundy** (1979), mostra que já em 1913 a agricultura africana mostrava sinais de séria degeneração. **Leeuwenberg** (1977) examinou uma situação similar passados mais de 60 anos, na reserva de trabalho do Transkei. Portanto, em algumas áreas, o fornecimento de trabalho migratório destruiu, efectivamente, a capacidade da base camponesa se reproduzir ela mesma; noutras áreas, das quais Inhambane constitui um exemplo, o sistema reforçou, na realidade, o campesinato médio, permitindo-lhe satisfazer as suas necessidades mínimas de acumulação (pagamento do

lobolo, compra de bois e charruas), o que seria impossível no sistema de xibalo. A análise mais detalhada realizada até ao momento sobre a base camponesa do sistema de trabalho migratório em Moçambique, foi o estudo da província de Inhambane efectuado pelo CEA (1977). As principais fontes utilizadas foram Mário de Carvalho (1969) e os mapas estatísticos que serviram de base ao Recenseamento Agrícola de Moçambique (censo agrícola) de 1965 e 1970 e que não foram publicados. Este último material foi reanalisado a partir dos questionários originais efectuados na altura do recenseamento pelos entrevistadores que fizeram o trabalho no campo e que foram preparados pelo Censo para recolherem uma grande quantidade de informação detalhada dos assuntos que dele constavam. Não foi feita praticamente nenhuma avaliação destes dados, que nem sequer foram, muitas das vezes, analisados nos relatórios publicados. Vejamos um exemplo: os formulários do Censo registam quais as famílias camponesas cujos membros estão fora a trabalhar assalariadamente (o que acontece, na realidade, com todas) mas os relatórios não apresentam nunca estes dados estatísticos. Para além disso, devemos notar que os Censos coloniais têm fraquezas ao nível dos dados primários, que remontam à sua elaboração. Uma destas fraquezas, senão a maior, é a separação rígida dos sectores agrícolas em «moderno» (leia-se colono) e «tradicional» (leia-se camponês), não se fazendo qualquer tentativa para descrever a interligação entre os dois. A acrescentar a tal facto, os dados coloniais eram quase sempre falhos de rigor e embora se possa fazer deles uma utilização cautelosa para indicar tendências, os totais absolutos não são dignos de confiança.

Em Moçambique, o Arquivo Histórico, presentemente dependente da Universidade Eduardo Mondlane, contém material valioso sobre o trabalho migratório e a base camponesa que inclui relatórios e documentos do Serviço dos Negócios Indígenas. O Arquivo possui também uma importante biblioteca de livros e publicações periódicas editadas em Moçambique.

A fonte singular de informação mais importante sobre o fluxo de trabalho migratório é, sem dúvida, a própria WENELA. A organização tem em seu poder registos extensos e detalhados sobre as suas actividades de recrutamento em cada um dos países onde opera, que incluem circulares e memorandos ligados com assuntos políticos, dados estatísticos pormenorizados e, no seu gabinete central de registo de dados computadorizados, registos individuais sobre os mineiros. A grande maioria destes documentos nunca foi posta à disposição, para se efectuarem estudos e não se sabe mesmo se os registos relativos a Moçambique, que dizem respeito a um período de cerca de um século de recrutamento para as minas, ainda se encontram intactos ou até se se encontram ainda em Moçambique. Contudo, graças à cooperação dos escritórios da WENELA em Moçambique, os investigadores que realizaram trabalho de campo durante o projecto, puderam consultar os registos mensais detalhados (Progressive comparative statements of output) que apresentam os totais de recrutamento por Distrito, com detalhes sobre os trabalhadores rejeitados, detidos, desertores e recrutados pela primeira vez (novices), discriminados nos totais pelas minas de ouro e de carvão; para além disso são fornecidos números respeitantes a um período equivalente, 6 meses e um ano atrás, para que se possam verificar os aumentos e as diminuições nos quantitativos. Existem cópias destes mapas da WENELA no Ministério do Trabalho de cada país fornecedor de mão-de-obra. Na impossibilidade de acesso aos registos sobre a força de trabalho que se encontram centralizados na Câmara das Minas, e aos registos detalhados das próprias minas, o certificado de readmissão (bónus) de cada mineiro é a referência mais fácil e mais digna de confiança, no que se relaciona com a história de trabalho, categoria e salário. As últimas propostas da Câmara das Minas, que visam

uma estabilização ainda maior, consistem na manutenção e no desenvolvimento deste sistema de certificados, que garante o reemprego do trabalhador, caso volte a trabalhar dentro de um período estipulado. Portanto, actualmente o mineiro está a ser manobrado como uma parte de uma força de trabalho «permanente» e estabilizada, embora continue a ser um trabalhador migrante.

OS ESTADOS FORNECEDORES DA ÁFRICA AUSTRAL

Mais recentemente apareceu uma quantidade considerável de estudos sobre o sistema de trabalho migratório na África Austral, sob a forma de relatórios policopiados (semipublicados) e artigos para serem apresentados em conferências a serem realizadas sob os auspícios de diversas universidades e organizações internacionais. Destas colecções uma das mais importantes é a composta pelos documentos de trabalho da **Conferência sobre Trabalho Migratório na África Austral**, organizada pela Comissão Económica para África da ONU, em Lusaka, em Abril de 1978. Infelizmente, esta colecção de documentos de trabalho preparada para uso e editada por Ruth First e Duncan Clarke, ainda não se encontra disponível numa forma publicada e, por isso, ainda é relativamente inacessível; contudo, os artigos foram indexados individualmente no **Africa Index** (1981). Entre os artigos apresentados na Conferência encontravam-se estudos, qualitativamente bastante variáveis, sobre o trabalho migratório em todos os estados fornecedores — a saber, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, a própria África do Sul, Suazilândia e Zimbabwe. O estudo sobre Moçambique baseou-se no primeiro relatório de investigação sobre este tópico, realizado pelo Centro de Estudos Africanos (CEA 1977a, 1977b e uma versão que se encontra em elaboração). O artigo, tal como foi apresentado na Conferência e que constitui uma síntese do trabalho original, foi posteriormente publicado pelo Centro em duas versões: inglesa e portuguesa (CEA 1979, 1980). Os assuntos versados nos artigos são vários: as origens históricas do sistema, a política do Estado sul-africano em relação às economias dos países fornecedores, tendências quanto à procura de trabalhadores estrangeiros e estratégia dos empregadores na RSA, acordos internacionais relativos aos contratos com a RSA, padrões de acumulação, investimento e desenvolvimento na África Austral, tendências quanto ao fornecimento de trabalho dentro das economias dos países fornecedores e uma proposta com vista ao estabelecimento de um «cartel de força de trabalho» dos estados fornecedores, para se efectivar uma estratégia com vista à retirada da força de trabalho da África do Sul. Esta proposta foi rejeitada pela Conferência na base de que não existe actualmente um mercado de vendedores de trabalho e que, portanto, uma tal estratégia não podia ser eficaz. Das resoluções adoptadas na Conferência fazia parte um esboço da **Carta dos Direitos dos Trabalhadores Emigrantes da África Austral** (Conferência sobre Trabalho Migratório na África Austral, 1978; ver igualmente um texto não oficial publicado in **Estudos Moçambicanos** (1) 1980 : 73-76).

O Lesotho encontra-se entre os estados fornecedores mais intensamente estudados. A Universidade Nacional do Lesotho, num projecto de investigação conjunto com a OIT, produziu uma série de artigos com uma qualidade semelhante à da série de estudos ILO-WEP*, de que já falámos. Contudo, a contribuição de **Bardill, Southall e Perrings** (s.d.) que analisa o fenómeno migracional em moldes que consideram a própria mobilidade física como sendo

* Embora tenham sido utilizadas, ao longo do texto as designações traduzidas para português mantêm-se aqui os siglos em inglês para facilidade de consulta da documentação.

acidental, constitui uma excepção honrosa. Os autores argumentam que o factor crucial na África Austral foi que o capital assegurou, através da migração, a força de trabalho a um preço inferior ao custo da sua reprodução. No entanto, este capital mineiro que já não é dominante na economia sul-africana, está a basear actualmente a sua estratégia a longo prazo na produtividade que está a subir a uma taxa igual, ou superior, à taxa de crescimento na composição orgânica do capital. Sem sugerirem qualquer estratégia aos Estados fornecedores, realçam que uma tal mudança nas relações económicas trará a estes países novos problemas, que podem tornar-se ainda mais difíceis de resolver do que os já existentes.

Colin Murray produziu, para além de um artigo analítico (1980), uma série de úteis estudos sobre o Lesotho. Embora o seu artigo se insira numa perspectiva antropológica, Murray rejeita o paradigma tradicional da sua disciplina e argumenta que as sociedades rurais na África Austral apenas podem ser compreendidas em termos da sua articulação dentro do subsistema político e económico, apreendido na sua globalidade. Focando temas como a distribuição do rendimento (Murray, 1978) e a persistência de elevadas taxas de lobo! (Murray, 1977), tenta colocar estes problemas no contexto da mudança de papel do Lesotho no século passado — de exportador de cereais para reserva de trabalho.

No que se relaciona com material de índole histórica sobre as fontes geográficas de trabalho para as minas este pode ser encontrado na **Transvaal Labour Commission** (1903) e nos relatórios anuais da Câmara das Minas (o nome oficial desta instituição alterou-se diversas vezes: 1889-1896, Witwatersrand Chamber of Mines; 1897-1899, Chamber of Mines of the South African Republic; 1900-1953 Transvaal Chamber of Mines; 1954-1966 Transvaal and Orange Free State Chamber of Mines; 1967 até ao presente, **Chamber of Mines of South Africa**).

Os relatórios anuais da agência de recrutamento de trabalho **WENELA** (uma sigla de Witwatersrand Native Labour Association, que ainda se utiliza nos anos '80!) também fornecem material deste tipo (1904-). O órgão oficial da Câmara das Minas, o **Mining Survey**, inclui, de tempos a tempos, artigos que apresentam a visão que a indústria mineira tem de si mesma e que, portanto, fornecem algumas indicações de grande importância. Outras fontes sobre os aspectos históricos da exportação de trabalho são **Jeeves** (1975), que trata do período durante e imediatamente posterior à Guerra Anglo-Boer de 1899-1901, e a edição recentemente revista do artigo feito em 1972 por **Breytenbach** (1979) que apresenta um ponto de vista sul-africano mais ou menos convencional. O aspecto jurídico dos acordos sobre trabalho migratório é analisado no trabalho do **CEA** (1977 - Apêndice I). Um estudo comparativo de acordos de trabalho entre a RSA e os diversos fornecedores da África Austral em termos gerais, bastante documentado, foi apresentado por **Sam Rugege** (1978) na Conferência de Lusaka que se realizou nesse ano. Embora o artigo seja escassamente referenciado, a análise em si é incisiva. Os textos das convenções de trabalho entre Moçambique e a África do Sul desde 1901 a 1970 e as convenções da OIT apenas são acessíveis em várias colecções. O **Modus Vivendi** (1901) foi publicado sob a forma de apêndice numa história em três volumes dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Os acordos subsequentes, efectivados sob a forma de convenções assim como de troca de notas entre Portugal e a RSA, foram publicados no **Diário do Governo** da altura e editados de novo mais tarde em Moçambique pelo então Centro de Documentação e Informação do Banco Nacional Ultramarino, actualmente **CEDIMO** (1972), numa colecção policopiada sobre as relações económicas luso-africanas. Depois de 1960, altura em que Portugal se tornou membro da OIT, as várias convenções da **International Labour**

Conference (1949a, 1949b, 1955) sobre trabalho migratório tornaram-se relevantes para o estudo das relações entre Moçambique e a RSA.

A OIT E O SISTEMA DE TRABALHO MIGRATÓRIO

É de notar que, de um modo curioso, o novo rigor analítico que foi introduzido por Johnstone, Wolpe e Legassick influenciou muito pouco os inúmeros artigos realizados pela Organização Internacional do Trabalho nos anos '70, como parte de uma revitalização geral do trabalho migratório como objecto de investigação. De um modo geral os artigos da OIT reproduzem, quer numa forma conservadora aberta, quer numa versão liberal diluída, uma aceitação acrítica das categorias descritivas clássicas da ciência económica burguesa (o leitor fica de uma forma subtil — que por vezes não é tão subtil — com a impressão que, afinal, a situação do trabalhador migrante talvez não seja tão má, e que o trabalhador que regressa com um carro ou um rádio obtém alguns benefícios da sua exploração. O que é subtilmente irónico é que de todas as organizações existentes seja a OIT a patrocinar algumas destas posições intrinsecamente antitrabalhadores).

As séries de artigos de trabalho do Programa Mundial de Emprego (WEP) da OIT incluem uma importante subsérie, o «Projecto sobre Migração para Emprego» que publicou alguns artigos sobre a África Austral. Estes trabalhos preliminares de investigação circularam inicialmente em número limitado com o objectivo de se estimular a crítica e o debate, tendo sido mais tarde publicados conjuntamente em microficha. Nestas séries aparecem algumas contribuições excéntricas, estando nesse caso a de **Gordon** (1978) que contrapõe ao ponto de vista convencional de que a migração provoca a destruição da família, a tese que a família alargada Sotho se ajustou, de facto, a separações longas como uma nova norma. As fraquezas desta segunda teoria foram salientadas por **Murray** (1980) num valioso artigo analítico sobre a relação entre a migração e a família.

Os outros artigos do projecto sobre «Migração para Emprego» da WEP são bastante variáveis quanto ao seu valor — pode-se mesmo dizer que variam de uma forma desregrada. Num extremo da escala situam-se os micro-estudos sobre este ou aquele «aspecto social» do sistema ou os «modelos de simulação» dos efeitos económicos da migração. No meio ficam os artigos como os de **Bromberger** (1979) que faz uma série de úteis projecções sobre as necessidades de trabalho até ao ano 2000, indicando quais as tendências prováveis do ponto de vista de um investigador que tem «ouvidos» na Câmara das Minas e acesso às pessoas que fazem a sua política. Apesar de muitas das suas suposições serem inaceitáveis, este artigo representa um papel importante da realidade como é vista pelos consumidores de trabalho migrante. Um artigo analítico mais antigo, escrito por **Francis Wilson** mesmo na ocasião do início do «boom» dos estudos sobre migração na África Austral, foi um estudo pioneiro nesse campo mas continua a ser uma introdução útil, ainda que limitada, ao tópico e seus problemas (1975, rev. 1976). A certa altura, Wilson argumenta que de todas as economias dos estados fornecedores, apenas Moçambique conseguiu obter «alguma coisa à África do Sul em troca de um fornecimento garantido de trabalho» — quer dizer o desenvolvimento do porto e do sistema ferroviário do Maputo — mas não aprofunda mais este ponto. O prolífero **Duncan G. Clarke** nas suas contribuições extremamente valiosas nas séries do WEP, mostra que o suposto «rigor empírico» do método da economia burguesa não precisa de caminhar lado a lado com uma ignorância completa de economia política. Clarke escreveu muito sobre as tendências quanto ao fornecimento da força de trabalho na

África Austral (1978; ver também os artigos para a SALDRU e para o DSRG, na Universidade do Natal, 1976-1977). Estas séries incluíram também algumas contribuições de **W. P. Böhning**, cujo pólo de investigação inicial foi o trabalho migratório para a Europa ocidental e problemas gerais da teoria do fenómeno migracional internacional. Infelizmente, o último trabalho de Böhning incluiu uma tentativa para problematizar a questão do trabalho migratório na África Austral (1977) no qual argumenta que os Estados fornecedores devem, simultaneamente, tentar reduzir o seu investimento no sistema de trabalho migratório («porque [ele] envolve directamente seres humanos nos males do 'apartheid'») e melhorar as suas condições de trabalho e de vida. A estratégia que Böhning advoga para a concretização destes fins é a formação de um cartel de força de trabalho, para exercer «persuasão moral» e para possibilitar os Estados fornecedores «permanecerem juntos», objectivos muito inspidos na medida em que estão insuficientemente definidos.

Esta estratégia de um cartel de força de trabalho excedentário foi rejeitada explicitamente pela Conferência da ECA/MULPOC, realizada em Lusaka em 1978.

Os leitores interessados numa lista completa dos artigos de trabalho da ILO-WEP, incluindo o projecto sobre Migração para Emprego, devem consultar o catálogo da OIT (1980), que também inclui citações de livros, relatórios e artigos de várias revistas produzidas sob os auspícios do programa.

CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE TRABALHO

Grande parte do peso do argumento daqueles que defendem que os trabalhadores migrantes vão para as minas porque «preferem» salários mais altos e melhores condições de trabalho, assenta em suposições de que os salários são altos e as condições são boas. Deixando de lado por instantes a ideia de que os trabalhadores migrantes agem como agentes livres num mercado de trabalho onde são capazes de fazer decisões racionais baseadas na preferência, o que é que há de verdade sobre os salários e as condições de trabalho?

Foram vários os autores que examinaram em detalhe temas como os cuidados de saúde, as medidas de segurança, seguros, bem-estar social e condições de vida nas minas (**SACTU**, 1978; **ANC**, 1978; **Hemson e Morris** 1978). As conclusões a que chegaram são simplesmente aterrorizadoras: os proprietários das minas e o governo sul-africano têm consistentemente mostrado, logo desde o início do sistema de trabalho migratório e até ao momento actual, um completo desdém e uma falta de interesse no que respeita à saúde e segurança dos trabalhadores negros.

As condições de segurança física nas minas foram sempre precárias. No período compreendido entre 1936 e 1975 morreram mais de 28 000 mineiros africanos em consequência de acidentes, o que representa uma média de 5 mortes em cada 2 dias num período de quase 40 anos (**ANC**, 1978 : 27). De acordo com a mesma fonte, estimativas conservadoras baseadas em números que dizem respeito aos primeiros anos da década '70, cifram os mineiros inválidos como resultado de acidentes, durante o mesmo período, em mais de um milhão, o que representa mais ou menos uma média de 101 homens feridos e estropeados em cada dia.

Evidentemente que os mineiros brancos também ficam feridos e também morrem nos acidentes nas minas da África do Sul e em duas vezes maior número do que os mineiros na Grã-Bretanha ou nos EUA (em 1973 os números correspondentes a acidentes fatais nas minas por 1000 trabalhadores eram os seguintes: Grã-Bretanha - 0,43, EUA - 0,49, RSA brancos - 1,05;

negros-1,57). A distinção fundamental situa-se no ponto respeitante ao pagamento de indemnizações ou pensões por invalidez — os trabalhadores brancos recebem uma pensão anual e os africanos recebem uma soma total, que é, na realidade, menor que a pensão anual atribuída aos brancos.

As minas da África do Sul são, literalmente, armadilhas de morte. A legislação relevante sobre cuidados sanitários na indústria apenas cobre um pouco mais de um quarto das minas em funcionamento, o que representa menos de 2/3 da força de trabalho. No entanto, mesmo estes números só por si esclarecedores, não revelam toda a verdade, visto que este tipo de controlo é caracterizado pela coacção e as leis sul-africanas, pelo menos nesta área, nunca foram feitas para serem cumpridas. Em 1975 existiam em toda a República apenas 5 higienicistas industriais, 32 funcionários ligados à medicina industrial e 29 inspectores sanitários. Para se poder assegurar o mínimo de uma visita por ano, cada um deles teria que visitar quatro locais de indústria em cada dia de trabalho (**SACTU**, 1978 : 5).

Decerto que os acidentes não são a única ameaça do bem-estar dos mineiros. Estes trabalham no subsolo, a milhares de metros de profundidade, em túneis muitas vezes tão pequenos que um homem não pode permanecer em pé direito, numa atmosfera permanentemente pesada devido à poeira proveniente da perfuração da rocha. As definições das várias «doenças da poeira» dos pulmões desde há muito que mantiveram as pessoas que lidam com as leis ocupadas em ilibar os seus «chefes» de responsabilidades, enquanto os trabalhadores migrantes são enviados para casa para morrerem. É realmente impossível estimar historicamente as taxas de pneumoconiose (o nome genérico dado às doenças provocadas pela poeira) ou das suas formas específicas como a silicose, asbestose ou phthise dos mineiros que trabalham nas minas de carvão. Contudo, sabe-se que uma amostragem realizada em 1911 detectou phthise em 26 % dos mineiros brancos submetidos a exame médico (**SACTU**, 1978 : 3). No período compreendido entre 1964 e 1967 as minas passaram certificados de indemnizações a 5930 mineiros negros que sofriam de doenças pulmonares, mas os números reais eram, indubitavelmente, muito mais elevados. As minas repatriam para Moçambique e para os outros Estados fornecedores, frequentemente, trabalhadores que sofrem de tuberculose ou de doenças provocadas pela poeira e que possuem uma esperança de vida máxima de 5 anos. Dão-lhes antibióticos e são enviados para propagarem em proporções epidémicas a tuberculose nas áreas rurais onde não existe possibilidade de assistência médica (**ANC**, 1978 : 27-28).

Os mineiros e os seus familiares que durante gerações sofreram este tipo de exploração, têm poucas ilusões acerca do sistema e do lugar que ocupam nele. A imagem idealizada apresentada em publicações como o órgão oficial da Câmara das Minas, o **Mining Survey**, é de mineiros regressados a casa, cheios de alegria, com novas posses e dinheiro nos bolsos (veja-se, por exemplo, o número de Março de 1954). Mantido até ao presente, este argumento ainda é apresentado: a Câmara das Minas reivindica que actualmente o «rendimento médio» cifra-se em quase R200 por mês (aproximadamente 8000,00 MT) e que «alojamento, alimentação, divertimentos e assistência médica são gratuitos para além de outros benefícios que são proporcionados aos trabalhadores migrantes» (**Finacial Mail**, 12 de Junho de 1981). Todavia, os próprios mineiros conhecem o funcionamento da máquina de exploração. Tal facto pode ser observado bastante claramente nas entrevistas, a maior parte ainda não publicadas, coligidas por **Alpheus Manghezi**. Algumas das canções de trabalho e entrevistas por ele recolhidas foram já publicadas em português (**Manghezi**, 1980) e será publicado mais material na edição em inglês revista do **Mineiro Moçambicano** (**Ruth First**

et al., em elaboração). Também está planeada a publicação em Moçambique de uma versão popular ilustrada de alguma desta documentação.

De interesse para o leitor de língua portuguesa, pela imagem que dá das condições nas minas, é a novela clássica de **Peter Abrahams** (1980), se bem que em termos de caracterização e construção narrativa seja uma obra altamente convencional.

Um livro de gravuras da autoria de **David Goldblatt** e **Nadine Gordimer** (1973), inclui algumas fotos reveladoras de trabalhadores das minas brancos — capatazes, desenhadores, caldeireiros e de mineiros negros assim como uma extraordinária sequência fotográfica que representa uma equipa de trabalho Basotho em acção perfurando uma galeria da mina de Welkom em 1969-1970.

GREVES E RESISTÊNCIA NAS MINAS

Dado que as condições nas minas foram sempre extremamente precárias, não causa surpresa o facto dos proprietários das minas terem tanto cuidado em assegurar que os seus empregados não tenham nenhuma oportunidade, ou que sejam muito reduzidas, para se organizarem em sindicatos. Mesmo quando existem casos de resistência violenta, avança-se imediatamente uma explicação «pesada» ideologicamente para «explicar» — e através da explicação para despoletar — os protestos. Descrita pelo **ANC** (1978: 29) como «essa venerável reclamação sobre 'lutas faccionistas' entre trabalhadores de diferentes 'bases tribais'», a explicação dos proprietários das minas representa uma tentativa deliberada para ocultar a verdadeira natureza da resistência dos trabalhadores à exploração viciosa de que são vítimas.

Confinados a «compounds» (nome que foi recentemente alterado para «estalagens») debaixo de uma severa fiscalização, agrupados de acordo com a «tribo» e controlados através de um sistema de informadores e de **indunas** (os funcionários que não fazem parte do exército industrial de trabalho), a grande maioria dos mineiros não tem, efectivamente, nenhum contacto com um contexto social de luta mais amplo na África do Sul. Contudo, tal como foi apontado por **David Hemson** e **Jo Morris** (1978) na sua contribuição à Conferência de Lusaka, os acontecimentos a partir de 1972 mostraram a vulnerabilidade desta superestrutura monolítica. A solidariedade entre sul-africanos e migrantes tornou-se mais evidente que as «rivalidades tribais», tão do agrado dos propagandistas do «apartheid». Os alvos atacados pelos trabalhadores nos incidentes violentos mostraram, igualmente, de uma forma mais clara a natureza de luta e o nível de consciência daqueles que participam nela. Eles atacaram os quartos e apartamentos dos informadores e **indunas** e os blocos onde estão instalados os serviços administrativos. Hemson e Morris utilizam profusamente citações de um bizarro relatório secreto do Comité Sul-Africano Inter-Departamental de Inquérito sobre Rebeliões nas Minas (**South Africa**, 1975) que atribui o aumento de acção directa nos trabalhadores negros a fricções inter-étnicas, argumentando que «os homens tribais são propensos a explosões de paixão e violência súbitas». Contudo, o verdadeiro significado deste relatório não reside tanto no seu racismo e tribalismo mas na sua admissão de que é o próprio sistema de trabalho migratório que é a causa dos levantamentos nas minas. O Comité conclui que não existe, todavia «nenhuma alternativa prática» ao sistema de trabalho migrante e prossegue com recomendações no sentido de se aplicar um misto de medidas «rígidas» e «brandas» (por um lado, «compounds» mais pequenos e a possibilidade das esposas dos mineiros efectuarem visitas e, por outro, uma proibição de se envolverem em assuntos políticos e uma

vigilância mais severa e um maior controlo sobre o consumo de bebidas alcoólicas).

O FUTURO?

Como evoluirá futuramente a situação? Nos últimos cinco anos assistimos a uma mudança no sistema de trabalho migratório, como parte de uma nova correlação de forças na África Austral, depois da vitória da FRELIMO e da independência de Moçambique e, mais recentemente, da vitória do povo do Zimbabwe. O Zimbabwe recusou-se a permitir que a agência da Câmara das Minas recrutasse durante mais tempo no país; o número de trabalhadores moçambicanos também diminuiu marcadamente. Os proprietários das minas inverteram as proporções da força de trabalho migrante e da proveniente da África do Sul (a proporção antiga era de 60% e 40%, a actual é de 40% e 60%). Os padrões de recrutamento estão a alterar-se em favor dos Bantustões que foram tradicionalmente encarados como desadequados (por exemplo, o caso de Kwazulu). Os proprietários das minas reconhecem que o controlo social e a estabilização da força de trabalho são essenciais e, que para se atingirem os objectivos antigos é necessário que assumam formas novas, mais subtis e menos abertamente brutais. No contexto da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a indústria mineira está a tentar assegurar fornecimentos de força de trabalho antes que os novos agrupamentos económicos regionais os possam esgotar. Contudo, a rigidez da ideologia governamental do «apartheid» não fará mais do que dificultar as mudanças cosméticas, como já foi reconhecido por certa opinião capitalista sul-africana (**Financial Mail**, 1981).

REFERÊNCIAS

Esta lista de referências está dividida em duas secções: a A é composta pelos livros e artigos que foram mencionados ao longo deste ensaio; a B inclui itens com vista ao aprofundamento do assunto. Todas as referências que constam desta lista, tanto na secção A como na B, são avaliadas criticamente na edição revista em inglês d'O Mineiro Moçambicano (**First**, em elaboração). Os itens existentes nas colecções do Sector de Documentação do **CEA** estão assinalados.

PARTE A: LIVROS E ARTIGOS MENCIONADOS NO TEXTO

- Abrahams, Peter (1980) — **O rapaz da mina**. Maputo: INLD; Lisboa: Edições 70. (Colecção «Vozes de África»)
- Africa Index (1981) — **Africa Index to continental periodical literature**. Munique, RFA: K. G. Saur. **CEA**
- African National Congress (1978) — «Case study: foreign African labour in South Africa.» Lusaka. (Estudo apresentado à Conferência sobre Trabalho Migratório na África Austral: n.º ECA/MULPOC/LUSAKA/87). **CEA**
- Bardill, John e outros (1977) — **The state and labour migration in the South African political economy, with particular respect to gold mining**. Genebra: OIT, Projecto sobre Migração para Emprego, estudo n.º WP-19. **CEA**
- Böhning, W. R. (1977) — **Black migration to South Africa: what are the issues?** Genebra: OIT, Projecto sobre Migração para Emprego, estudo n.º WP-10. **CEA**
- Breytenbach, W. J. (1979) — **Migratory labour arrangements in southern Africa**. Edição revista. Pretória: África Institute.

- Bromberger, N. (1979) — **Mining employment in South Africa, 1946-2000.** Genebra: OIT, Projecto sobre Migração para Emprego, estudo n.º WP-38. **CEA**
- Bundy, Colin (1979) — **The rise and fall of the South African peasantry.** Londres: Heinemann. **CEA**
- Carvalho, Mário de (1969) — **A agricultura tradicional de Moçambique. I: Distribuição geográfica das culturas e sua relação com o meio.** Lourenço Marques: Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique. **CEA**
- CEDIMO (1972) — **Relações económicas Portugal - República da África do Sul.** Lourenço Marques: CDI. BNU Moçamb., Documento Informativo n.º 13. **CEA**
- Centro de Estudos Africanos (1977) — **O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra.** Maputo: Instituto de Investigação Científica de Moçambique. **CEA**
- Centro de Estudos Africanos (1980) — **Os mineiros moçambicanos na África do Sul.** 2.ª ed. Maputo: CEA Relatório n.º 80/1. **CEA**
- Chamber of Mines (1889-) — **Annual reports.** Joanesburgo.
- Clarke, D. G. (1976) — **Contract Labour from Rhodesia to the South African Gold Mines: a study in the international division of a labour reserve.** Cidade do Cabo: Unidade de Investigação sobre Mão-de-Obra e Desenvolvimento na África Austral (SALDRU), estudo n.º 6. **CEA**
- Clarke, D. G. (1977a) — «Foreign African labour inflows to South Africa and «unemployment» in Southern Africa.» Pietermaritzburg: Universidade de Natal, Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento, Oficina sobre Desemprego e Relações Laborais. **CEA**
- Clarke, D. G. (1977b) — **Foreign African labour supply in South Africa, 1960-1977.** Pietermaritzburg: Universidade de Natal, Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento (DSRG), estudo para debate n.º 1. **CEA**
- Clarke, D. G. (1977c) — **The South African Chamber of Mines: policy and strategy with reference to foreign African labour supply.** Pietermaritzburg: Universidade de Natal, Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento (DSRG), estudo para debate n.º 2. **CEA**
- Clarke, D. G. (1978) — **International labour supply trends and economic structure in Southern Rhodesia/Zimbabwe in the 1970s.** Genebra: OIT, Projecto sobre Migração para Emprego, estudo n.º WP-20. **CEA**
- Conferência sobre Trabalho Migratório na África Austral (1978). — «Draft report.» Lusaka. (Doc. n.º ECA/MULPOC/LUSAKA/109). **CEA**
- Financial Mail** (1981) — «Migrant workers: tightening the screws.» 12 de Junho: 1246-1250. **CEA**
- First, Ruth e outros (em elaboração) — **The Mozambican miner.** Hassocks, Inglaterra: Harvester Press.
- Goldblatt, David, e Nadine Gordimer (1973) — **On the mines.** Cidade do Cabo: C. Struik.
- Gordon, Elizabeth (1978) — **The women left behind: a study of the wives of the migrant workers of Lesotho.** Genebra: OIT, Projecto sobre Migração para Emprego, estudo n.º WP-35. **CEA**
- Harries, Patrick (1976) — «Labour migration from the Delagoa Bay hinterland to South Africa, 1852 to 1895.» In: **The societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries**, v. 7. Londres: Universidade de Londres, Instituto de Estudos sobre o «Commonwealth». **CEA**
- Harris, Marvin (1959) — «Labour emigration among the Moçambique Thonga: cultural and political factors.» **Africa** 29: 50-66.
- Harris, Marvin (1960) — «Labour emigration among the Mozambique Thonga.» **Africa** 30: 243-245.
- Hemson, David e Jo Morris (1978) — «Black working class resistance on South African mines.» Lusaka. (Estudo apresentado à Conferência sobre Trabalho Migratório na África Austral: n.º ECA/MULPOC/LUSAKA/102) **CEA**

- International Labour Conference, 32.ª Sessão, Genebra (1949a) — **Employment recommendation (revised)**. (International Labour Recommendation n.º 86).
- International Labour Conference, 32.ª Sessão, Genebra (1949b) — **Migration for employment (revised)**. (International Labour Convention n.º 97).
- International Labour Conference, 38.ª Sessão, Genebra (1955) — **Protection of migrant workers (underdeveloped countries)**. (International Labour Recommendation n.º 100).
- Jeeves, Alan (1975) — «The control of migratory labour on the South African gold mines in the era of Kruger and Milner.» **Journal of Southern African Studies** 2 (1): 3-29.
- Johnstone, F. A. (1976) — **Class, race and gold: a study of class relations and racial discrimination in South Africa**. Londres: Routledge e Kegan Paul.
- Legassick, Martin (1974) — «South Africa: capital accumulation and violence.» **Economy and Society** 3 (3): 253-291. **CEA**
- Legassick, Martin e Duncan Innes (1977) — «Capital restructuring and the South African state: the case of foreign labour.» Coventry, Inglaterra: Warwick Research Project, não-publicado.
- Leeuwenberg, J. (1977) — **The Transkei: a study in economic regression**. Londres: Africa Publications Trust.
- Manghezi, Alpheus (1980) — «A voz do mineiro: entrevistas e canções.» **Estudos Moçambicanos** (1): 77-90. **CEA**
- Mining Survey** (1954) — **The native mineworkers of Southern Africa**. 5 (1). **CEA**
- Modus Vivendi (1901) — «Acordo para um «modus vivendi» entre a Província de Moçambique e o Transvaal, feito pelo Governador-Geral da Província de Moçambique e Lorde Milner, Alto Comissário de Sua Majestade Britânica, representando por Captain Fritz H. E. Crowe, e assinado em Lourenço Marques em 18 de Dezembro de 1901.» Pp. 203-204 in A. Pereira de Lima, **História dos caminhos de ferro de Moçambique**. Lourenço Marques: Edições dos CFM, V. III **CEA**
- Murray, Colin (1977) — «High bridewealth, migrant labour and the position of women in Lesotho.» **Journal of African Law** 21 (1): 79-96. **CEA**
- Murray, Colin (1978) — «Migration, differentiation and the developmental cycle in Lesotho.» **African Perspectives** 1978/1: 127-144.
- Murray, Colin (1980) — «Migrant labour and changing family structure in the rural periphery of Southern Africa.» **Journal of Southern African Studies** 6 (2). **CEA**
- Organização Internacional do Trabalho (1980) — **Bibliography of published research of the World Employment Programme**. 3.ª ed. Genebra: OIT. **CEA**
- Rita-Ferreira, António (1960) — «Labour emigration among the Mozambique Thonga: comments on a study by M. Harris.» **África** 30: 141-151.
- Rita-Ferreira, António (1961) — «Labour emigration among the Mozambique Thonga: comments on Marvin Harris's reply.» **África** 31: 75-77.
- Rita-Ferreira, António (1963) — **O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Rugege, Sam (1978) — «International contract labour agreements in southern Africa.» Lusaka. (Estudo apresentado à Conferência sobre Trabalho Migratório na África Austral: n.º ECA/MULPOC/LUSAKA/95). **CEA**
- SACTU (1978) — «Health, accidents and workers compensation on the South African mines.» Lusaka. (Estudo apresentado à Conferência sobre Trabalho Migratório na África Austral: n.º ECA/MULPOC/LUSAKA/103).
- South Africa (1975) — **Report of the Inter-Departmental Committee of Inquiry into the Riots on Mines in the Republic of South Africa**. Não-editado.
- Transvaal Labour Commission (1903) — **Report of the Transvaal Labour Commission**. Joanesburgo.

- Truscott, S. J. (1898) — **The Witwatersrand gold mines: banket and mining practice.** Londres: Macmillan.
- Webster, D. J. (1977) — «The origins of migrant labour, colonialism and the underdevelopment of Southern Mozambique». Pp. 236-279 in P. L. Bonner (ed.), **Working papers in Southern Africa.** Joanesburgo: Universidade de Witwatersrand, Instituto de Estudos Africanos. **CEA** tem versão dactil.
- Wilson, Francis (1972) — **Labour in the South African gold mines, 1911-1969.** Cambridge: Cambridge University Press.
- Wilson, Francis (1976) — **International migration in Southern Africa.** Cidade do Cabo: Unidade de Investigação sobre Mão-de-Obra e Desenvolvimento na África Austral (SALDRU), estudo n.º 1. **CEA**
- Witwatersrand Native Labour Association (1904-) — **Annual reports.** Joanesburgo.
- Wolpe, Harold (1972) — «Capitalism and cheap labour power in South Africa: from segregation to apartheid.» **Economy and Society** 1 (4): 425-456.
- Young, Sheryllynn J. (1977) — «Fertility and famine: women's agricultural history in Southern Mozambique.» Pp. 66-81 in R. Palmer e N. Parsons (eds.), **The roots of rural poverty in central and southern Africa.** Londres: Heinemann.
- Young, Sheryllynn J. (1979) — «Changes in diet and production in Southern Mozambique.» Estudo não-publicado.

PARTE B: OUTROS ESCRITOS SOBRE TRABALHO MIGRATÓRIO NA ÁFRICA AUSTRAL NÃO MENCIONADOS

- Acordo (1964) entre o Governo da República da África do Sul e o Governo da República Portuguesa regulando o emprego de trabalhadores mineiros portugueses da Província de Moçambique na República da África do Sul.** Pretória: Govt. Printer.
- Agency for Industrial Mission (1976) — **Another blanket: report on an investigation into the migrant situation.** Horison: AIM. **CEA**
- Beinart, William (1980) — «Labour migrancy and rural production: Pondoland c. 1900-1950.» Pp. 81-98 in Philip Mayer (ed.) **Black Villagers in an Industrial Society.** Cidade do Cabo: Oxford University Press.
- Beinart, William (1979) — «Joyini Inkomo: cattle advances and the origins of migrancy from Pondoland.» **Journal of Southern African Studies** 5 (2). **CEA**
- Bonner, Philip (1979) — «The 1920 black mineworkers strike.» Pp. 273-279 in Belinda Bozzoli (ed.) **Labour, Township and Protest : Studies in the Social History of the Witwatersrand.** Joanesburgo: Ravan Press.
- Bundy, Colin (1972) — «The emergence and decline of a South African peasantry.» **African Affairs** 71 (285): 369-388. **CEA**
- Caetano, Marcelo (1948) — **Memorando.** Lisboa. Ministro dos Negócios Estrangeiros.
- Delius, Peter (1980a) — «Migrant labour and the Pedi, 1840-1880». In: S. Marks e A. Atmore (ed.) **Economy and Society in Pre-Industrial South Africa:** Londres: Longman.
- Delius, Peter (1980b) — «The Pedi polity under Sekwati and Sekhukhune, 1828-1880.» Tese de doutoramento não publicada, Universidade de Londres.
- First, Ruth (1961) — «The gold of migrant labour.» **Africa South in Exile** 5 (3): 7-31.
- Kirkwood, M. (1974) — «Conflict on the mines.» **South African Labour Bulletin** 1 (7): 35-42.
- Kirkwood, M. (1975) — «The mine workers struggles.» **South African Labour Bulletin** 1 (8): 29-41.
- Lacey, Marion (1981) — **Boroko: The Origins of a Coercive Labour System in South Africa.** Joanesburgo: Ravan Press.

- Legassick, Martin (1975) — «The analysis of racism in South Africa: the case of the mining economy.» Dar-es-Salaam. (Estudo apresentado ao Seminário Internacional sobre Tendências Sócio-económicas e Política na África Austral, IDEP/UN). **CEA**
- Lipton, Merle (1980) — «Men of two worlds, Migrant labour in South Africa.» **Optima** 29 (2/3).
- Marks, Shula e Stanley Trapido (1979) — «Lord Milner and the South African State.» **History Workshop Journal** 8: 50-80.
- McDowall, M. (1976) — «Basotho labour in South African mines: an empirical study.» Pp. 89-97 in International Consultation on the Role of the Church among Migrant Mine Workers, Johannesburg, 1976, **South Africa today: a good host country for migrant workers?** S. 1.: Agency for Industrial Mission. **CEA**
- Meillassoux, Claude (1972) — «From reproduction to production.» **Economy and Society** 1 (1). **CEA**
- Moçambique (1970) — «Relatório sobre o acordo de 1970.» (Documento não publicado, Ministério de Trabalho, Maputo).
- O'Meara, D. (1975) — «The 1946 African mine workers' strike and the political economy of South Africa.» **Journal of Commonwealth and Comparative Politics** 13 (2): 146-173. **CEA**
- Palmer, Robin and Neil Parsons (1977) — **The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa.** Londres: Heinemann. **CEA**
- South Africa (1944) — **Report of the Witwatersrand Mine Natives Wages Commission on Remuneration and Conditions of Employment of Natives on Witwatersrand Gold Mines, 1943.** Pretória. (Lansdown Commission, U. G. 22).
- Trapido, Stanley (1971) — «South Africa in a comparative study, of industrialisation.» **Journal of Development Studies** 7 (3): 309-320. **CEA** tem texto policopiado.
- Trapido, Stanley (1980) — «The friend of the natives: merchants, peasants and the political and ideological structure of liberalism in the Cape, 1854-1910.» In S. Marks e A. Atmore (ed.), **Economy and Society in Pre-industrial South Africa.** Londres: Longmans.
- Warwick, P. (1976) — «Black industrial protest on the Witwatersrand, 1901-2.» **South African Labour Bulletin** 2 (8): 22-35.
- Webster, D. (1978) — «Migrant labour, social formations and the proletarianisation of the Chopi of Southern Africa.» **African Perspectives** 1978/1: 157-174.
- Wilson, Godfrey (1941-2) — «The Economics of detribalization in Northern Rhodesia.» **Rhodes-Livingstone Institute Papers** 5 e 6.